

PODER

PF abre inquérito para investigar gestão do BRB

Polícia Federal buscará suspeitas de fraudes, que iriam além das relacionadas às operações com o Master. Apuração foi autorizada pelo ministro Dias Toffoli, do STF

» ANA MARIA CAMPOS

O caso BRB-Master só cresce. A Polícia Federal (PF) abriu nova frente de investigação envolvendo o Banco de Brasília. Dessa vez, o inquérito apura suspeitas de gestão fraudulenta no BRB que chegaram aos investigadores. Os indícios vão além das supostas fraudes financeiras relacionadas ao Banco Master.

A abertura do inquérito — sob sigilo — foi autorizada pelo ministro Dias Toffoli, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), e o caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR). O próprio BRB, na atual gestão, sob o comando do presidente Nelson Antônio de Souza, apresentou à PF e ao Banco Central (BC) achados da auditoria independente realizada no banco.

O caso também avançou no Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). O plenário autorizou a realização de auditoria no BRB e no Instituto de Previdência dos Servidores do DF (Iprev-DF).

Também será promovida pelos auditores apuração dos efeitos da liquidação extrajudicial do Banco Master e sobre o patrimônio do Fundo Solidário Garantidor (FSG) — maior fundo do Iprev-DF.

Sob a relatoria da conselheira Anilceia Machado, a decisão foi aprovada em sessão plenária realizada na última quarta-feira. As medidas atendem a uma

"Achados relevantes" da auditoria

» "O BRB informa que encontrou achados relevantes, que constam da primeira etapa do relatório preliminar entregue pela auditoria forense contratada pelo banco junto à Machado & Meyer, com suporte técnico da Kroll.
» Prezando pela transparência e dever de colaboração com as autoridades competentes, a fim de confirmar eventuais atos ilícitos, o Banco BRB informa que entregou o relatório à Polícia Federal (PF), na última quinta-feira, 29/01/2026. O mesmo

relatório também foi entregue na data de ontem, 02/02/2026, ao Banco Central.
» Dando resposta ao quanto constatado na investigação independente, e com o intuito de resguardar seus interesses, recuperar seus créditos e ativos e ver ressarcidos os prejuízos causados pelos agentes relacionados à Operação Compliance Zero, o BRB informa que vem adotando inúmeras medidas institucionais, administrativas, extrajudiciais e judiciais relacionadas a fundos de

investimentos, garantias e carteiras de crédito, adquiridas pelo BRB, medidas estas que correm parte em sigilo e que serão reforçadas por novas medidas, com a maior brevidade possível, para garantir a efetividade da preservação dos interesses do banco.
» Por fim, o BRB ressalta que segue sólido e reafirma seu compromisso com a preservação de seu patrimônio, de seus clientes e do desenvolvimento econômico e social de Brasília e região."

representação protocolada pelo deputado distrital Max Maciel (PSol).

Na representação, Maciel chamou a atenção para a concentração excessiva de ações do BRB no Fundo Solidário Garantidor (FSG), o que, segundo ele, pode comprometer o pagamento de mais de 75 mil aposentados e pensionistas do DF.

No processo, o TCDF determinou a realização de fiscalização para avaliar a execução orçamentária e financeira do Iprev-DF, a disponibilidade de caixa para pagamento de aposentadorias e pensões, além da situação atual dos ativos que compõem o FSG.

De acordo com a decisão, os

auditores deverão examinar, de forma específica, os impactos das oscilações no valor das ações do BRB na composição patrimonial do fundo e na sua capacidade futura de geração de rendimentos.

Relatórios

Em nota divulgada ontem, o BRB afirmou que entregou à PF e ao BC um relatório preliminar de auditoria forense com "achados relevantes". O relatório foi elaborado pela Machado & Meyer, um escritório de advocacia, com o suporte técnico da Kroll, uma empresa global de consultoria de riscos.

"O BRB informa que encontrou

achados relevantes que constam da primeira etapa do relatório preliminar entregue pela auditoria forense contratada pelo banco", diz a nota (**confira a íntegra acima**). "O Banco BRB informa que entregou o relatório à Polícia Federal (PF), na última quinta-feira, 29/01/2026. O mesmo relatório também foi entregue na data de ontem, 02/02/2026, ao Banco Central", observa.

O BRB adquiriu R\$ 12,2 bilhões em créditos falsos do Master, no ano passado, fato investigado pela PF na Operação Compliance Zero. Também em 2025, o banco do DF pretendeu comprar a instituição financeira do ex-banqueiro Daniel Vercaro.

Joédson Alves/Agência Brasil



Plenário do Tribunal de Contas do DF autorizou realização de duas auditorias: uma no BRB e outra no Instituto de Previdência dos Servidores

Segurança: Ibaneis será convocado

» ALÍCIA BERNARDES

Por causa de uma sequência de troca de nomes, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), será convocado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado. Era para ele ter sido ouvido, ontem, pelo colegiado, como parte de uma série de oitivas que pretende escutar gestores das unidades da Federação responsáveis pela formulação e execução de políticas de segurança pública.

O convite para a participação de Ibaneis havia sido apresentado pelo relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Segundo o presidente da comissão, senador Fabiano Contarato (PT-ES), o governador informou previamente que não poderia comparecer e indicou o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, para representá-lo.

No entanto, quem esteve no Senado foi o secretário-executivo da

Renato Alves/Agência Brasília



Governador deveria depôr. Designou substituto, que mandou outra pessoa

Segurança Pública do Distrito Federal, Alexandre Patury. Diante da ausência do titular da pasta e do próprio governador, Contarato decidiu cancelar a reunião e anunciou que apresentará um requerimento para convocar Ibaneis. Isso

faz com que ele seja obrigado a comparecer.

De acordo com Alessandro Vieira, a participação do governador é considerada relevante para discutir o enfrentamento ao crime organizado a partir da realidade do

Distrito Federal. Entre os temas de interesse da CPI estão o combate à lavagem de dinheiro, a descapitalização de facções criminosas e a prevenção da infiltração dessas organizações em setores da economia e do Estado.

Vieira também destaca a posição estratégica de Brasília como sede dos Poderes da República, o que, na avaliação da comissão, exige atenção especial quanto à atuação de redes criminosas e aos mecanismos de proteção institucional e de inteligência.

Instalada para investigar a estrutura, o funcionamento e as redes de influência do crime organizado no país, a CPI tenta identificar os principais entraves ao combate às facções e mapear políticas públicas e estratégias que têm apresentado resultados eficientes. Ao fim dos trabalhos, os senadores pretendem propor medidas legislativas e ações de alcance nacional voltadas ao fortalecimento da segurança pública.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



No STM, julgamento de Bolsonaro e generais será teste democrático

O julgamento das representações por indignidade ou incompatibilidade para o oficialato contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e quatro oficiais-generais condenados pela trama golpista, pelo Superior Tribunal Militar, não será apenas o desdobramento da decisão penal do Supremo Tribunal Federal: será um teste de estresse do pacto civil-militar da Constituição de 1988. O STM não revisará culpa, provas ou tipificação criminal — isso já foi afirmado pelo Supremo —, mas se a natureza dos crimes e o papel desempenhado por cada oficial tornam moralmente incompatível a permanência no corpo de oficiais.

A questão básica é a seguinte: não se trata de “repunir”, mas de decidir se quem conspirou contra a ordem constitucional pode continuar ostentando posto e patente, com os símbolos, prerrogativas e benefícios que a carreira militar concentra. O caso é inédito pelo fato de se tratar de um ex-presidente e três generais de Exército, além de um almirante; e porque o tipo de delito, crime contra a democracia, nunca foi julgado pelo STM. A história brasileira registra anistias, acomodações e reintegrações de militares golpistas. A questão é simples e existencial: a hierarquia e a disciplina, em regime democrático, exigem lealdade constitucional ou podem coexistir com a ruptura planejada?

Os cinco réus chegam ao STM com situações distintas. Bolsonaro será examinado como capitão da reserva, mas inevitavelmente também como ex-chefe de Estado, alguém que dispôs da máquina presidencial e do prestígio do cargo para tensionar as instituições. Walter Braga Netto, general de Exército, aparece como o elo mais visível entre o bolsonarismo político e a engrenagem militar do governo, figura central do núcleo duro e, por isso mesmo, frequentemente apontado nos bastidores como o “caso mais fácil” de punição. Terá muita dificuldade de sustentar, no plano moral, que tudo não passou de um “erro de avaliação” ou de retórica.

Augusto Heleno, também general de Exército, é uma espécie de emblema do bolsonarismo fardado, com capital simbólico interno e trajetória que o torna referência para segmentos mais ideológicos, mas talvez seja absolvido por causa da idade e de não ter o mesmo nível de participação operacional na tentativa de golpe. Paulo Sérgio Nogueira, general de Exército e ex-ministro da Defesa, carrega o peso institucional de ter ocupado a ponte entre governo e Alto Comando, numa fase em que a ambiguidade e o silêncio também tiveram custo para a democracia. Almir Garnier Santos, almirante e ex-comandante da Marinha, tem a posição hierárquica mais delicada: até onde o comandante de uma Força pode ir em condescendência, adesão ou tolerância a um projeto de ruptura constitucional sem macular irreversivelmente a honra do oficialato?

Os juízes

Há um componente político inevitável ao julgamento: a escolha dos relatores e revisores, ministros com trajetórias, indicações e estilos que, embora não definam o resultado, moldam a cadência e a narrativa do julgamento. No caso de Bolsonaro, o relator é Carlos Vuyk de Aquino, brigadeiro da Aeronáutica visto como tranquilo, legalista e pouco dado a arroubos. A revisora é Verônica Abdalla Serman, ministra civil.

A leitura predominante é que o perfil de Aquino favorece uma condução “quadrada”, isto é, mais aderente ao texto constitucional e ao dever de preservar a credibilidade institucional do tribunal, o que pode tornar a condenação moral mais provável se ele entender que crime contra a democracia é, por si, incompatível com o oficialato. A ministra Verônica, recentemente integrada à Corte, segue o mesmo figurino.

Já Garnier terá como relatora a própria Verônica Abdalla, com revisão do ministro Guido Amin Naves. E é justamente neste ponto que entra a ambivalência: o general Guido Amin se apresenta como moderno e institucional, mas seu comportamento sugere conservadorismo e sensibilidade corporativa. No processo de Paulo Sérgio, o relator é José Barroso Filho, com revisão do ministro Flávio Marcus Lancia Barbosa, um general recém-chegado, fechado, com postura percebida como conservadora. Um voto dele, sobretudo se ancorado na defesa da corporação, pode puxar o plenário para uma leitura mais branda do nexo entre crime político e indignidade.

No caso de Heleno, o relator é Celso Luiz Nazareth e o revisor Péricles Aurélio Lima de Queiroz, ex-aliado de Bolsonaro, o que pode aumentar a chance de voto que condena o fato criminal, mas relativiza-se a mancha moral, com base em serviços prestados, biografia, “contexto” ou gradação de culpa. Por fim, Braga Netto terá como relator o próprio Flávio Marcus Lancia, ex-aliado de Bolsonaro, e como revisor Artur Vidigal de Oliveira, combinação que torna o caso ainda mais interessante: o relator, percebido como conservador, pode ficar entre duas pressões opostas — a corporativa, para evitar o precedente de cassar generais, e a institucional, para não permitir que a impunidade se transforme em licença para novas aventuras. De todos os réus, Braga Neto é considerado um “grande traidor” pelos demais generais.

Entretanto, o plenário será o verdadeiro campo decisório. O tribunal tem 15 ministros, mas a presidente do STM, ministra Maria Elizabeth Rocha, vota apenas em caso de empate — sempre a favor do réu. Entre os militares, há a percepção de que três ou quatro tendem ao bolsonarismo. Entre os civis, ao menos um seria alinhado. E dois novos ministros-generais, recém-empossados, são descritos como esfinges.